



CÓPIA

PROJETO DE LEI Nº 024/2017

“DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO DE TERRAS PARA FINS URBANOS NO MUNICÍPIO DE ECHAPORÃ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LUIS GUSTAVO EVANGELISTA, Prefeito Municipal de Echaporã, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Das Disposições Preliminares

SEÇÃO I

Dos Objetivos

Artigo 1º - Esta Lei dispõe sobre todo e qualquer parcelamento de terras para fins urbano, no Município de Echaporã, efetuado por particular ou por entidade Pública e tem como objetivo:

I – contribuir para promover o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e bem estar de seus habitantes;

II – orientar o projeto e a execução de qualquer obra de parcelamento do solo para fins urbanos no Município;

III – assegurar a observância de padrões de urbanização essenciais para o interesse da comunidade.

Artigo 2º - A presente Lei se presta a regulamentar os loteamentos e desmembramentos urbanos cujo procedimento seja realizado a partir da data de vigência desta Lei, havendo legislação própria para regulamentar os casos anteriores a sua vigência.

Artigo 3º - O parcelamento do solo urbano poderá ser feito mediante loteamento ou desmembramento, que dependerão para sua execução de prévia licença da prefeitura, obedecida as normas federais e estaduais pertinentes.

Artigo 4º - Para efeito da presente Lei são adotados as seguintes definições:



I – Alinhamento: a linha divisória entre o terreno de propriedade particular e a via ou logradouro;

II – Alvará: documento que autoriza a execução das obras sujeitas à fiscalização da Prefeitura;

III – Arruamento: é a implantação de logradouros públicos e/ou vias privadas, destinadas à circulação, com finalidade de proporcionar acesso a terrenos ou lotes urbanos;

IV – Declividade: a relação percentual entre a diferença das cotas altimétrica de dois pontos e sua distância horizontal;

V – Desmembramento: é a subdivisão de glebas em lotes destinados à edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique abertura de novas vias, logradouros públicos e infraestrutura básica;

VI – Embargo: ato administrativo que determina a paralização do parcelamento;

VII – Equipamentos Urbanos: os equipamentos públicos de abastecimento de água, serviços de esgoto, energia elétrica, coletas de águas pluviais, pavimentação, guias e sarjetas e similares.

CAPÍTULO II **Das Normas de Procedimento**

SEÇÃO I **Da Aprovação**

Artigo 5º - A aprovação de projeto de loteamento deverá ser requerida à Prefeitura, preliminarmente, para a expedição de diretrizes, com os seguintes elementos:

I – Requerimento ao chefe do Poder Executivo Municipal;

II – Título de propriedade do imóvel ou documentação equivalente e certidão de ônus reais;

III – Três vias da planta do imóvel em escala 1:1.000 ou 1:2.000, assinadas pelo proprietário ou seu representante legal e por profissional registrado no CREA ou CAU, para obter o de acordo, contendo:

a) Divisas do imóvel perfeitamente definidas;

b) Curvas de nível de metro em metro;

c) Arruamentos vizinhos a todo o perímetro, com localização exata das vias de comunicação;



CÓPIA

d) As plantas deverão estar georeferenciadas;

Artigo 6º - A prefeitura indicará na planta apresentada as seguintes diretrizes para projeto de loteamento e desmembramento:

I – as vias de circulação, que deverão ter continuidade com o sistema viários existente do município;

II – As faixas non aedificandi para o escoamento das águas pluviais, rede esgoto, etc..., e aquelas junto às linhas de energia elétrica, ferrovias e rodovias;

III – A relação das obras e equipamentos urbanos que deverão ser projetados e executados pelo proprietário, os quais abrangerão, no mínimo:

a) Rede de abastecimento de água, que será executada no passeio e será implantada conforme diretrizes fornecida pela SABESP;

b) Guias, sarjetas e rede de coleta de águas pluviais, esta ultima caso a própria calha da via não suporte o escoamento e a sua velocidade não seja compatível com as normas técnicas em vigor;

c) Rede coletora de esgoto sanitário, que será executada no passeio ou no eixo da via e será implantada conforme diretrizes fornecidas pela SABESP;

d) Pavimentação em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), ou outro material similar, com as devidas justificativas do uso do mesmo e com a aprovação da Secretária de Obras Publicas Municipal;

e) Rede de distribuição de energia elétrica domiciliar e iluminação pública, com a voltagem das lâmpadas a ser determinadas pela Secretária de Obras Públicas Municipal;

f) Reserva de áreas destinadas às áreas verdes de no mínimo 20% (vinte por cento), sendo que, destes, 5% (cinco por cento) poderá ser aproveitado pelo município para fins de Sistema de Lazer;

g) Reserva de área destinada a área institucional de no mínimo 3% (três por cento), sendo que mesma deverá ser em um único local;

§ 1º - As diretrizes expedidas vigorarão pelo prazo máximo de 01 (um) ano;

§ 2º A prefeitura terá o prazo de 30 (trinta) dias para fornecer as diretrizes.



CÓPIA

Artigo 7º - Atendendo as indicação do artigo anterior, o requerente, orientado pelas diretrizes, organizará o projeto definitivo, em escala 1:1.000 ou 1:2.000, com curvas de nível de metro em metro, georeferenciado, em nove vias e o apresentar à prefeitura. Tal projeto, elaborado e assinado por profissional devidamente registrado no CREA ou CAU, acompanhado das devidas ARTs ou RRTs e pelo proprietário ou seu representante legal, para receber o carimbo e assinatura do órgão competente da prefeitura, referente à certidão de conformidade que será emitida pela Secretária de Obras Públicas Municipal, para aprovação junto ao Grupo de análise de Projetos Habitacionais (GRAPROHAB), e deverá conter:

I – Parcelamento do solo, com subdivisão de quadras em lotes, com respectivas numerações, dimensão, áreas, sistema viário (com suas respectivas áreas), áreas verdes, sistemas de lazer (quando necessário), área institucional e sentido das águas pluviais;

III – Afastamentos exigidos devidamente cotados;

IV – Dimensões lineares e angulares do projeto, raios, cordas, arcos, pontos de tangência e ângulos centrais das vias em curva;

V – Indicação dos marcos de alinhamento e nivelamento, localização nos ângulos ou curvas das vias projetadas e amarradas à referência de nível existente e identificável;

VI – Três (03) vias completas (memoriais, tabelas e plantas) do projeto de drenagem das águas pluviais, em escala 1:1.000 ou 1:2.000, este receberá após análise da Secretária de Obras Públicas Municipal o carimbo de aprovado.

Artigo 8º - Após os projetos serem aprovados junto ao GRAPROHAB, o requerente deverá apresentar à Prefeitura para aprovação final, para registro do loteamento em cartório, o seguinte:

I – Uma (01) cópia do certificado de aprovação emitido pelo GRAPROHAB;

II – Três (03) vias do projeto de parcelamento do solo (urbanístico) do loteamento com carimbo de aprovação do GRAPROHAB;

III – Três (03) vias do memorial descritivo e justificativo do loteamento com carimbo de aprovação do GRAPROHAB;

IV – Duas (02) vias do projeto do sistema viário do loteamento devidamente assinado pelo proprietário ou representante legal e por profissional devidamente registrado no CREA ou CAU, acompanhado das devidas ARTs ou RRTs;

V – Duas (02) vias do memorial descritivo dos lotes, áreas verdes, sistema de lazer (quando necessário), área institucional e do sistema viário,



CÓPIA

devidamente assinado pelo proprietário ou representante legal e por profissional devidamente registrado no CREA ou CAU, acompanhado das devidas ARTs ou RRTs;

VI – Duas (02) vias do projeto de terraplenagem, com planta de cotas do sistema viário, na escala 1:1.000 ou 1:2.000, perfis longitudinais e transversais das vias do loteamento, nas seguintes escalas: horizontal: de 1:1.000 ou 1:2.000; vertical: de 1:100 ou 1:200 e memórias de cálculo da terraplenagem devidamente assinado pelo proprietário ou representante legal e por profissional devidamente registrado no CREA ou CAU, acompanhado das devidas ARTs ou RRTs;

VII – Duas (02) vias do projeto de drenagem, com planta das bacias de contribuição, na escala 1:1.000 ou 1:2.000, planta da galeria de captação de águas pluviais, na escala 1:1.000 ou 1:2.000, perfis das galerias, nas seguintes escalas: horizontal: de 1:1.000 ou 1:2.000; vertical: de 1:100 ou 1:200 e memórias e tabelas de cálculo da galeria, devidamente assinado pelo proprietário ou representante legal e por profissional devidamente registrado no CREA ou CAU, acompanhado das devidas ARTs ou RRTs;

SEÇÃO II **Da Execução**

Artigo 9º - Uma vez aprovado o projeto, o interessado assinará termo de acordo, no qual se obrigará a executar, no prazo fixado pela prefeitura, a abertura das vias de circulação, com respectivos marcos de alinhamento e nivelamento e equipamentos de infraestrutura exigido, e conforme os projetos aprovados pela prefeitura.

§ 1º - A execução por etapas só poderá ser autorizada quando:

I – O termo de acordo fixar o prazo total, que não poderá exceder a dois anos, para a execução completadas obras e equipamentos urbanos do loteamento, e as áreas e prazos correspondente a cada etapa;

II – Sejam executadas na área, em cada etapa, todas as obras previstas, assegurando-se aos compradores dos lotes o pleno uso dos equipamentos implantados.

§ 2º - O projeto aprovado deverá ser executado no prazo constante no cronograma de execução, sob pena de caducidade da aprovação;

Artigo 10 – Como garantia das obras mencionadas no inciso I, do artigo anterior, o interessado caucionará, mediante escritura pública, uma área de terreno, cujo valor, a juízo da prefeitura, na época da aprovação, seja igual ou superior ao custo dos serviços a serem realizados, ou 30% (trinta por cento) dos lotes obtidos no parcelamento a ser analisado e aprovado.

§ 1º - A caução a que se refere este artigo, que deverá ser averbada no cartório de registro de imóveis, poderá ser substituída por outra forma legal de garantia de execução das obras previstas, a critério da prefeitura.



CÓPIA

§ 2º - Caso haja o oferecimento da caução através de Carta Fiança, a mesma deverá ser emitida em favor da Prefeitura Municipal de Echaporã, no valor total das obras de infraestrutura, registrada no cartório de registro de imóveis da comarca de Assis, com os devidos fiadores, a qual somente será liberada após o competente termo de vistoria, das obras de infraestrutura, a ser expedida pela Prefeitura Municipal. Caso os proprietários deixem de cumprir as obrigações ficará facultado à Prefeitura Municipal requerer a execução dos bens dados em garantia.

§ 3º - No ato da aprovação do projeto, bem como a escritura de caução mencionada neste artigo, deverão constatar especificamente as obras e equipamentos urbanos que o loteador fica obrigado a executar, no prazo fixado no termo de acordo previsto no artigo anterior.

§ 4º - Findo o prazo referido no artigo anterior, caso não tenha sido realizadas as obras e os serviços exigidos, a Prefeitura executá-los-á promovendo a ação competente para adjudicar ao seu patrimônio a área caucionada, que se constituirá em bem dominical do Município.

Artigo 11 – Uma vez em execução o parcelamento, o profissional de prefeitura designado para fiscalização das obras elaborará um relatório mensal de acompanhamento das obras e serviços.

Artigo 12 – Realizadas todas obras e equipamentos urbanos exigidos, mediante requerimento do interessado e após a vistoria pelo setor de fiscalização, a prefeitura expedirá, num prazo máximo de 30 (trinta) dias, o AUTO DE VISTORIA que permitirá a liberação da área caucionada. Tratando-se das redes de água, esgoto e energia elétrica, a liberação dos lotes caucionados será feita mediante apresentação da carta de recebimento das obras, expedida pelas respectivas concessionárias.

Parágrafo único – sendo a caução prestada através de carta fiança, a liberação da mesma se dará através de Termo de Quitação, subscrito pela Prefeitura Municipal e pelos loteadores, relatando que, tendo em vista a total execução e recebimento das obras de infraestrutura pela Municipalidade, fica autorizado o levantamento da fiança.

Artigo 13 – Pagos os emolumentos devidos e assinado o termo e a escritura de caução mencionada no artigo anterior, a Prefeitura expedirá o competente Alvará de Licença de Conclusão das Obras de Infraestrutura.

Artigo 14 – Todas as obras e equipamentos urbanos exigidos, bem como quaisquer outras benfeitorias efetuadas pelo interessado, nas vias e praças públicas e nas áreas de usos institucionais, passarão a fazer parte integrante do patrimônio do Município, sem qualquer indenização.



CÓPIA

SECÃO III

Da Fiscalização e dos Embargos

Artigo 15 – O loteador deve manter uma cópia completa dos projetos aprovados e do ato de aprovação, no local da obra, para efeito de fiscalização.

Artigo 16 – Sempre que as obras estiverem em desacordo com os projetos aprovados, ou com as exigências do ato de aprovação, serão embargadas.

Parágrafo Único – Do auto de embargo constarão:

I – Nome do loteamento;

II – Nome dos proprietários;

III – Nome dos responsáveis técnicos;

IV – Razão do embargo;

V – Data do embargo;

VI – Assinatura do responsável pela implantação das obras;

Artigo 17 – Os embargos sempre serão acompanhados de intimação para a regularização das obras, com prazo fixado.

Artigo 18 – Verificada pela repartição competente a remoção da causa do embargo, o mesmo será levantado;

Artigo 19 – Constatando que o responsável pela obra não atendeu ao embargo, serão tomadas as medidas judiciais necessárias ao cumprimento do mesmo.

Artigo 20 – A prefeitura comunicará o embargo ao representante do Ministério Público e ao Cartório de Registro de Imóveis competente, e informará a população através dos órgãos de imprensa e através de colocação de placas indicativas do embargo no local do loteamento.

CAPÍTULO III

Das Normas Técnicas

SECÃO I

Das Normas Gerais

Artigo 21 – Não será permitido o parcelamento do solo:

I – Em terrenos baixo, alagados ou sujeitos a inundações periódicas antes de tomadas as providências que assegurem o normal escoamento da água, conforme as normas ambientais vigentes e ouvido o Conselho de Meio Ambiente;



CÓPIA

II – Em terreno aterrado com material nocivos à saúde pública sem que seja previamente saneado conforme as normas ambientais vigentes e ouvido o Conselho Municipal do Meio Ambiente;

III – Em terreno com declividade igual ou superior a 30%, salvo se atendida as exigências específicas feitas pela autoridade competente;

V – Em terreno que não tenha acesso a logradouro público;

VI – Em áreas consideradas de Preservação Permanente pelas autoridades competentes;

VII – Em áreas de peculiar interesse para a preservação da paisagem e do patrimônio histórico, artístico, cultural, ambiental e urbano, sem que haja regulamentação específica conforme as normas ambientais vigente e ouvido o Conselho Municipal de Meio Ambiente;

VIII – m áreas de preservação de mananciais hídricos.

SEÇÃO II

Das Quadras e Lotes

Artigo 23 – O comprimento das quadras não deverá ser superior a 120 (cento e vinte metros), salvo as destinadas a uso especiais a critério da Prefeitura Municipal.

Artigo 24 – A área mínima de cada lote será de 125 m² (cento e vinte cinco metros quadrados) e frente mínima de 5,00 m (cinco metros).

SEÇÃO III

Das Vias de Circulação

Artigo 25 – As vias de circulação de qualquer loteamento deverão garantir a continuidade de traçado com as vias de circulação das áreas adjacentes.

Artigo 26 – As vias de circulação serão compostas por uma parte destinada ao tráfego de veículos e outra destinada aos pedestres, devendo obedecer às seguintes características:

I – A parte destinada ao tráfego de veículos será composta por faixa de rolamento de 5,00m (cinco metros) de largura cada uma, nunca podendo ter menos de 10,00m (deis metros) de largura as duas faixa;

II – A parte destinada aos pedestres será composta por faixas de passeios, cujas larguras deverão corresponder a, no mínimo, 4,00m (quatro metros) para a soma dos passeios e no mínimo 1,50m (um metros e cinquenta centímetros)



CÓPIA

para cada lado da via da calçada e restante poderá ser faixa de área verde (calçada ecológica).

Artigo 27 – O leito carroçável das vias de circulação deverá apresentar:

I – Declividade longitudinal máxima de 10% e mínima de 0,5%;

II – Declividade transversal, contada do eixo das faixas até o meio fio, de 0,5% a 3%.

Artigo 28 – As vias de circulação de veículos e de pedestres sempre deverão ser providas de sistema de drenagem de águas pluviais, atendidas as Normas Técnicas da ABNT.

§ 1º - Em nenhum caso os loteamentos poderão prejudicar o escoamento natural das águas, nas respectivas bacias hidrográficas, e as necessidades serão feitas obrigatoriamente nas vias públicas ou em faixas reservadas para esse fim.

§ 2º - Todos os lotes situados a jusante deverão garantir servidão de passagem para drenagem das águas pluviais e escoamento dos esgotos provenientes dos lotes vizinho situados a montante.

§ 3º - Ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias, ferrovias e dutos, será obrigatória a reserva de uma faixa no aedificandi de 15,00m (quinze metros) de cada lado.

CAPÍTULO IV **Do Desmembramento**

Artigo 29 – Em qualquer caso de desmembramento de terrenos, o interessado deverá requerer a aprovação do projeto pela Prefeitura, mediante a apresentação do projeto de desmembramento, memórias descritivos do desmembramento (primitivo, remanescente e desmembrado), assinado por profissional devidamente registrado no CREA ou CAU, acompanhado das devidas ARTs ou RRTs e pelo proprietário ou seu representante legal, acompanhado de certidão atualizada do título da gleba, expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis competente, ressalvado o disposto no § 4º do artigo 18 da Lei Federal 6766/79, e da planta do imóvel a ser desmembrado contendo:

I – A indicação das vias existentes e dos loteamentos próximos;

II – A indicação do tipo de uso predominante no local;

III – A indicação da divisa de lotes pretendida na área.

Parágrafo Único – Os desmembramentos de terrenos decorrentes de projeto conjunto de duas ou mais edificação, geminada ou não, serão implicitamente aprovados junto com as licenças para construção.

Artigo 30 – A aprovação do projeto a que se refere o artigo anterior só poderá ser permitida quando os lotes resultantes do processo de desmembramento tiverem as dimensões mínimas prevista em Lei.



CÓPIA

Artigo 31 – Aplica-se ao processo de aprovação de projeto de desmembramento, no que couber, o disposto à aprovação de projeto de loteamento.

CAPÍTULO V

Das Responsabilidades Técnicas

Artigo 32 – Para efeitos desta Lei somente profissionais habilitados poderão assinar, com responsáveis técnicos, qualquer documentos ou especificações a ser submetido à Prefeitura.

§ 1º - A responsabilidade civil pelos serviços de projeto, cálculo e especificações cabe aos seus autores e responsáveis técnicos e, pela execução das obras, aos profissionais que as construírem.

§ 2º - A Municipalidade não assumirá qualquer responsabilidade em razão da aprovação do projeto ou da emissão da licença, para sua execução.

CAPÍTULO VI

Das Disposições Finais

Artigo 33 – A prefeitura só expedirá alvará para construção, demolição, reconstrução, reforma ou ampliação de construção, em novos loteamentos, após a vistoria, aprovação da implantação dos equipamentos de infraestrutura urbana e emissão de certificado de conclusão.

Parágrafo Único – Havendo a exigência no loteamento de implantação de calçadas ecológica, somente será expedido o “habite-se” com a efetiva implantação da calçada pelo proprietário do lote.

Artigo 34 – Desde que atenda aos requisitos desta Lei e da Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, poderão ser executados quaisquer tipos de desmembramento, unificação e remembramento, quer sejam já existente, aprovados ou novos.

Parágrafo Único – Não serão consideradas as eventuais restrições prevista em memoriais descritivos de loteamentos já existentes e aprovados, devendo os mesmos também se enquadrar nesta Lei e na Lei Federal 6.766, de 19 de dezembro de 1979, para fins de desmembramentos ou unificações.

Artigo 35 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Echaporã/SP, em 12 de junho de 2017.

LUIS GUSTAVO EVANGELISTA
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE ECHAPORÃ

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ: 44.470.300/0001-00

- JUSTIFICATIVA -



Excelentíssimo Senhor Presidente:
Nobres Edis:

Echaporã – SP., 12 de junho de 2017.

Venho à presença de Vossa Excelência, para efetuar a apresentação dos Projetos de Lei Complementar que: **“DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO DE TERRAS PARA FINS URBANOS NO MUNICÍPIO DE ECHAPORÃ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**, que ora submetemos à apreciação desta Egrégia Casa de Leis.

Em momento de extrema crise econômica o município tem que regulamentar gastos e investimentos necessários ao desenvolvimento físico de sua estrutura patrimonial, com a adoção de regras claras para as obras de edificações realizadas no âmbito do município de Echaporã.

Também da mesma importância é a questão do parcelamento do solo, que vem de encontro com a política de desenvolvimento urbano adotada pelo Município, como a abertura de novos bairros, condomínios e distritos industrial, entre outros.

A própria legislação Estadual e Federal traz a obrigatoriedade do município em sede local legislar sobre esses temas, motivo pelo qual levamos a apreciação desta Câmara de Vereadores.

Ante ao exposto, estando incurso nos respectivos projetos em questão, aguardamos que esta augusta Casa de Leis, através de seus legítimos representantes efetue a consequente aprovação, despedimo-nos respeitosamente.

Atenciosamente

LUIS GUSTAVO EVANGELISTA
Prefeito Municipal

A Vossa Excelência, o Senhor:
MARCELO AUGUSTO PAGLIONE
DD. PRESIDENTE DA CÂMARA.
ECHAPORÃ - SP